

Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

**Regimes Próprio. Geral e
Complementar**

**9ª Edição
Revista e Atualizada**

Prefácio de Melissa Folmann

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9693-7



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

C198 Campos, Marcelo Barroso Lima Brito de.
Previdência dos servidores públicos./ Marcelo Barroso
Lima Brito de Campos./ 9ª edição./ Curitiba: Jurua, 2022.
724p.

1. Seguridade social. 2. Previdência social. 3. Servidores
públicos. I. Título.

000295

CDD 344.049 (22.ed)

CDU 342.7

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	25
I INTRODUÇÃO	27
1 HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL	27
1.1 HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNDO	28
1.2 HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	32
1.3 HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS BRASILEIROS	38
1.4 O ATUAL SISTEMA DE PROTEÇÃO NO BRASIL	49
2 SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 ...	53
2.1 CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL	53
2.2 PRINCÍPIOS DA SEGURIDADE SOCIAL	57
3 PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: REGIMES.....	65
II REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)	69
1 CONCEITO E JUSTIFICAÇÃO CONSTITUCIONAL	69
1.1 CRIAÇÃO DE RPPS	72
1.2 EXTINÇÃO DE RPPS	76
2 NORMAS APLICÁVEIS: AS ONDAS CONSTITUCIONAIS REFORMISTAS.....	77
3 CARACTERÍSTICAS	84
4 AUTONOMIA	89
5 SEGURADOS E NÃO SEGURADOS NO RPPS	93
5.1 CONCEITOS DE SEGURADO, DEPENDENTE, BENEFICIÁRIO E CONTRIBUINTE	93
5.1.1 Filiação e Inscrição do Segurado	95

5.2	SERVIDOR PÚBLICO TITULAR DE CARGO EFETIVO.....	98
5.3	SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	101
5.4	SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO DEPOIS DA EC 20/1998	102
5.5	SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO ANTES DA EC 20/1998.....	106
5.6	SERVIDOR PÚBLICO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.....	107
5.7	EMPREGADO PÚBLICO	108
5.8	SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE FUNÇÃO PÚBLICA.....	109
5.9	EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO.....	114
5.10	NOTÁRIOS, TABELIÃES, OFICIAIS DE REGISTRO, REGISTRA- DORES, ESCRIVENTES E AUXILIARES.....	118
5.11	POLÊMICA INTERPRETAÇÃO DO § 13 DO ART. 40 DA CF/1988 COM A REDAÇÃO DADA PELA EC 20/1998	119
5.12	PERDA DA CONDIÇÃO DE SEGURADO.....	127
5.13	SUSPENSÃO DA CONDIÇÃO DE SEGURADO	129
5.14	PERÍODO DE GRAÇA.....	130
6	DEPENDENTES NO RPPS	133
6.1	AUTONOMIA E CRITÉRIOS NA DEFINIÇÃO DOS DEPENDEN- TES PELAS UNIDADES FEDERADAS.....	133
6.2	CÔNJUGES OU COMPANHEIROS.....	137
6.3	FILHOS	148
6.3.1	Filhos Menores	148
6.3.2	Nascituro	149
6.3.3	Filhos Inválidos	149
6.3.4	Filhos com Deficiência.....	150
6.3.5	Equiparados a Filhos: Enteados e Tutelados	151
6.4	PAIS.....	152
6.5	IRMÃOS.....	152
6.6	MENOR SOB GUARDA	153
6.7	CURATELADOS	156
6.8	RELAÇÕES HOMOAFETIVAS	156
6.9	PERDA DA CONDIÇÃO DE DEPENDENTE	161
7	CUSTEIO DO RPPS.....	165
7.1	FONTES DE CUSTEIO DO RPPS	165

7.2	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	167
7.3	CLASSIFICAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	171
7.3.1	Contribuições Previdenciárias Ordinárias	176
7.3.2	Contribuições Previdenciárias Extraordinárias.....	177
7.3.3	Desvinculação dos Recursos da União – DRU.....	179
7.4	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS.....	182
7.5	ALÍQUOTA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	199
7.6	BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA ...	204
7.7	IMUNIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	214
7.8	DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ...	227
8	BENEFÍCIOS DO RPPS	233
8.1	APOSENTADORIA.....	234
8.1.1	Aposentadoria por Incapacidade Permanente.....	238
8.1.2	Aposentadoria Compulsória	254
8.1.3	Aposentadoria Voluntária Comum	270
8.1.4	Aposentadoria Especial	278
8.1.4.1	Aposentadoria dos servidores com deficiência.....	281
8.1.4.2	Aposentadoria dos policiais.....	288
8.1.4.3	Aposentadoria dos servidores que exercem atividades com efetiva exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde.....	299
8.1.4.4	Aposentadoria dos professores	323
8.1.5	Regras de Transição	334
8.1.5.1	Art. 3º da Emenda à Constituição 20/1998	345
8.1.5.2	Art. 40 na redação original da Constituição de 1988....	347
8.1.5.3	Art. 8º da Emenda à Constituição 20/1998	349
8.1.5.4	Art. 40 na redação da Emenda à Constituição 20/1998..	351
8.1.5.5	Art. 2º da Emenda à Constituição 41/2003	353
8.1.5.6	Art. 3º da Emenda à Constituição 41/2003	356
8.1.5.7	Art. 6º da Emenda à Constituição 41/2003	358
8.1.5.8	Art. 6º-A da Emenda à Constituição 41/2003.....	361
8.1.5.9	Art. 3º da Emenda à Constituição 47/2005	363
8.1.5.10	Art. 3º da Emenda à Constituição 103/2019.....	365

8.1.5.11	Art. 4º da Emenda à Constituição 103/2019	368
8.1.5.12	Art. 5º da Emenda à Constituição 103/2019	374
8.1.5.13	Art. 20 da Emenda à Constituição 103/2019	376
8.1.6	Sistema Remuneratório: Conceitos Básicos	380
8.1.6.1	Vencimento, vencimentos e remuneração	380
8.1.6.2	Subsídio	384
8.1.6.3	Vantagens pecuniárias	385
8.1.7	Proventos: Integralidade, Paridade, Média, Cálculo e Reajuste ..	386
8.1.7.1	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo antes da EC 20/1998	392
8.1.7.2	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo entre a EC 20/1998 e a EC 41/2003	394
8.1.7.3	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo entre a EC 41/2003 e a EC 103/2019	396
8.1.7.4	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo após a EC 103/2019	402
8.1.7.5	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo nas regras de transição	405
8.1.8	Renúncia à Aposentadoria	408
8.1.9	Reversão	412
8.1.10	Readaptação.....	415
8.1.11	Complementação de Aposentadoria	418
8.1.12	Efeitos da Aposentadoria.....	421
8.2	PENSÃO POR MORTE	423
8.2.1	Conceito.....	423
8.2.2	Base e Evolução Constitucional	424
8.2.3	Fato Gerador e Data Base.....	433
8.2.4	Cálculo e Reajuste	435
8.2.5	Pensão: Temas em Repercussão Geral no STF	436
8.3	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	439
8.3.1	Auxílio-Doença ou Licença para Tratamento de Saúde	440
8.3.2	Salário-Família	441
8.3.3	Salário-Maternidade	443
8.3.4	Auxílio-Reclusão	445

8.3.5	Auxílio-Acidente	446
8.3.6	Afastamento Preliminar à Aposentadoria	447
8.3.7	Auxílio-Acompanhante	448
8.4	ABONO DE PERMANÊNCIA	449
8.5	ACUMULAÇÕES	458
8.5.1	Acumulação de Cargos, Empregos ou Funções Públicas	458
8.5.2	Acumulação de Aposentadorias	459
8.5.3	Acumulação de Aposentadoria e Remuneração ou Subsídio.....	461
8.5.4	Acumulação de Pensões por Morte	462
8.5.5	Acumulação de Aposentadoria e Pensão por Morte	465
8.5.6	Acumulação de Pensão por Morte e Remuneração ou Subsídio ..	467
8.5.7	Acumulação de Aposentadorias por Regimes Diversos	468
8.6	TETO, SUBTETO E ABATE-TETO	469
8.7	DECADÊNCIA, PRESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO	478
9	CONTAGEM DO TEMPO NO RPPS	483
9.1	CONTAGEM RECÍPROCA	483
9.2	CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	489
9.3	AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO DO TEMPO.....	498
9.4	VEDAÇÃO DE CONTAGEM DE TEMPO FICTÍCIO	501
9.5	EFEITOS DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS NO TEMPO DO SERVIDOR	505
9.5.1	Advertência	505
9.5.2	Suspensão	505
9.5.3	Demissão	506
9.5.4	Cassação de Aposentadoria	507
9.6	AFASTAMENTOS	510
9.7	APROVEITAMENTO.....	513
9.8	CESSÃO.....	514
9.9	CONCESSÕES.....	515
9.10	DISPONIBILIDADE.....	515
9.11	LICENÇAS	517
9.12	PROMOÇÃO.....	522
9.13	READMISSÃO	523

9.14 RECONDUÇÃO.....	523
9.15 REINTEGRAÇÃO	524
10 CONTROLE DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	525
10.1 OBJETO E FINALIDADE DO CONTROLE	526
10.2 CONDUTA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	527
10.3 CONDUTA DOS RPPS.....	529
10.4 CONDUTA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS	529
11 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS – LEI 9.796/1999.....	531
12 CONFLITOS FEDERATIVOS A RESPEITO DO RPPS.....	547
12.1 O CONCEITO DE EMPRESA E O RPPS	550
12.2 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO (CND) E CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO COM EFEITO DE NEGATIVA (CPD-EN)....	552
12.3 CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP)....	553
12.4 CADASTROS RESTRITIVOS: CADIN, CAUC, CADPREV E SIAFI..	556
13 PROCESSO PREVIDENCIÁRIO NO RPPS.....	559
13.1 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS PREVIDENCIÁRIOS	560
13.2 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	563
13.3 PROCESSO JUDICIAL DE TRIBUTOS PREVIDENCIÁRIOS	566
13.4 PROCESSO JUDICIAL DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	569
14 DISPOSIÇÕES GERAIS DO RPPS.....	573
14.1 SUBSIDIARIEDADE DO RGPS.....	573
14.2 FUNDO PREVIDENCIÁRIO	575
14.3 SISTEMA DE SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO	577
14.4 SISTEMA INTEGRADO DE DADOS	583
15 (IR)RESPONSABILIDADE PESSOAL DE AGENTES PÚBLICOS POR (DES)CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DO RPPS.....	585
15.1 RESPONSABILIDADE PESSOAL GERAL INDIRETA – AÇÃO DE REGRESSO DO ART. 37, § 6º, CF/1988	586
15.2 RESPONSABILIDADE PESSOAL POR MULTAS	588

15.3	RESPONSABILIDADE PESSOAL SOLIDÁRIA POR CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	590
15.4	RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO À LEI 9.717/1998	591
15.5	RESPONSABILIDADE PESSOAL DECORRENTE DA LEI DE PROTEÇÃO DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA – LEI 8.429/1992	597
15.6	RESPONSABILIDADE CRIMINAL.....	600
15.7	RESPONSABILIDADE FISCAL	601
16	COMENTÁRIOS À LEI GERAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – LEI 9.717/1998.....	603
17	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2000 E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	617
18	CONSELHO NACIONAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (CNRPPS)	623
III	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPC-SP).....	629
1	BREVE HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	631
2	CARACTERÍSTICAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	637
2.1	COMPLEMENTAR	637
2.2	CONTRATUAL	637
2.3	FILIAÇÃO FACULTATIVA.....	638
2.4	INSTITUIÇÃO OBRIGATÓRIA.....	638
2.5	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO	641
2.6	NATUREZA PÚBLICA OU PRIVADA	642
2.7	REGIME JURÍDICO HÍBRIDO	645
2.8	CONTRIBUTIVO	646
2.9	FECHADO..	647
2.10	AUTÔNOMO	648
2.11	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	648
3	SUJEITOS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS	649
3.1	PARTICIPANTES.....	649
3.2	ASSISTIDOS.....	653

3.3	DEPENDENTES	653
3.4	PATROCINADORES	654
4	CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	655
4.1	CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO FEDERAL	656
5	BENEFÍCIOS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS	661
5.1	BENEFÍCIO ESPECIAL	663
6	ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR..	669
IV	REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL APPLICÁVEL AOS AGENTES PÚBLICOS (RGPS).....	671
1	PRINCIPAIS NORMAS DE REGÊNCIA DO RGPS	671
2	AGENTES PÚBLICOS SEGURADOS DO RGPS	672
3	DEPENDENTES DOS AGENTES PÚBLICOS SEGURADOS DO RGPS	674
4	CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA DOS AGENTES PÚBLICOS VINCULADOS AO RGPS	675
5	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS AGENTES PÚBLICOS VINCULADOS AO RGPS	677
6	OUTRAS REGRAS DO RGPS APLICÁVEIS AOS AGENTES PÚBLICOS	681
V	OS NOVOS PARADIGMAS NA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	685
	REFERÊNCIAS.....	703
	ÍNDICE REMISSIVO.....	709